

## **Programa Nacional de Assistência Estudantil: tendências e lacunas a partir da análise integrativa**

National Student Assistance Program: trends and gaps from integrative analysis

Programa Nacional de Atención al Estudiante: tendencias y brechas a partir del análisis integrador

Daniel Calbino 

Universidade Federal de São João del-Rei, Ouro Branco, MG, Brasil.  
dcalbino@ufsj.edu.br

Eugenio Brito 

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, Brasil  
eugenionunes1182@gmail.com

*Recebido em 05 de dezembro de 2021*

*Aprovado em 18 de abril de 2022*

*Publicado em 31 de outubro de 2023*

### **RESUMO**

O objetivo do artigo foi analisar, à luz da revisão integrativa, as tendências e lacunas teórico-empíricas nos trabalhos que tratam do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Para tanto, recorreu-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, identificando-se 127 trabalhos entre os anos de 2008 (início do programa) e 2021. Dentre os principais achados, destacam-se o volume de pesquisas que, mesmo pouco representativas no universo das instituições federais, indicaram que o PNAES cumpriu satisfatoriamente os seus objetivos, evidenciando, assim, a efetividade na permanência estudantil. Por outro lado, a literatura carece de estudos que estabeleçam recortes temporais antes e após o recebimento dos benefícios, bem como paralelos entre os indicadores e as questões orçamentárias. As evidências colocam para a área que mesmo na singularidade organizacional de cada instituição, a elaboração de diretrizes avaliativas que permitam comparações interinstitucionais pode contribuir para o monitoramento e consolidação do PNAES, enquanto uma política pública nacional.

**Palavras-chave:** Avaliação; Políticas Educacionais; Análise bibliométrica.

## ABSTRACT

The objective of the article was to analyze, in the light of the integrative review, the trends and theoretical-empirical gaps in the works dealing with the National Student Assistance Program. For this purpose, the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations was used, identifying 127 works between the years 2008 (the beginning of the program) and 2021. Among the main findings, the volume of research stands out, although not very representative in the universe of federal institutions, they indicated that the PNAES satisfactorily fulfilled its objectives, thus evidencing the effectiveness of student permanence. On the other hand, the literature lacks studies that establish time frames before and after receiving benefits, or even parallels between the indicators and budget issues. The evidence for the area shows that even in the organizational singularity of each institution, the elaboration of evaluative guidelines that allow for inter-institutional comparisons can contribute to the monitoring and consolidation of the PNAES, as a national public policy.

**Keywords:** Assessment; Educational Policies; Bibliometric analysis.

## ABSTRACT

El objetivo del artículo fue analizar, a la luz de la revisión integradora, las tendencias y vacíos teórico-empíricos en los trabajos que abordan el Programa Nacional de Atención al Estudiante. Para ello, se utilizó la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones, identificándose 127 trabajos entre 2008 (inicio del programa) y 2021. Entre los principales hallazgos, se destaca el volumen de investigaciones que, aunque poco representativas en el universo de instituciones federales, indicaron que el PNAES cumplió satisfactoriamente sus objetivos, demostrando así la efectividad en la permanencia de estudiantes. Por otro lado, la literatura carece de estudios que establezcan recortes temporales antes y después de recibir beneficios, así como paralelos entre indicadores y cuestiones presupuestarias. La evidencia sugiere al área que aún en la singularidad organizacional de cada institución, el desarrollo de lineamientos evaluativos que permitan comparaciones interinstitucionales puede contribuir al seguimiento y consolidación del PNAES, como política pública nacional.

**Keywords:** Evaluación; Políticas Educativas; Análisis bibliométrico.

## Introdução

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído via Portaria nº 39 do Ministério da Educação (BRASIL, 2007) e, em 2010, regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), é o principal documento norteador da construção das políticas de assistência aos graduandos das Instituições Federais de

Implantado a partir do ano de 2008, o PNAES trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Instituições do Brasil (IMPERATORI, 2017). De acordo com o documento, é uma política governamental que objetiva promover a inclusão social, democratizar as condições de permanência dos estudantes, diminuindo a evasão e o baixo desempenho em IFES (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes, o Programa representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social (RECKTENVALD; LAURO; PEREIRA, 2018; SOUZA; COSTA, 2020).

Embora houvesse indícios precursores da assistência estudantil, desde 1930, eram as Instituições Federais que desenvolviam as ações de assistência estudantil individualmente. Com isso, essas ações eram caracterizadas por um processo marcado por descontinuidades (SOARES, 2016; SCHER; OLIVEIRA, 2020). Lima e Mendes (2020) destacam, ainda, a inexistência (antes do PNAES) de um dispositivo legal e/ou um programa governamental, que garantisse a permanência, na graduação, de estudantes socioeconomicamente vulneráveis, após o ingresso.

Para tal, o PNAES passou a destinar recursos orçamentários para a assistência estudantil das IFES, contemplando dez áreas de atendimento aos estudantes de vulnerabilidade social, que são: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 2010).

A relevância do PNAES, enquanto política pública, ganhou relevo principalmente a partir da mudança do perfil dos estudantes de graduação das universidades e institutos federais (MACEDO; SOARES, 2020). Esse perfil, anteriormente marcado pela presença de acadêmicos oriundos de uma classe média, atualmente é composto, majoritariamente, por aqueles com renda mensal de até um salário mínimo e meio *per capita* (ANDIFES, 2019).

Com essa comprovação da mudança no perfil dos acadêmicos, as IFES passaram a ter maior representação da composição social da população brasileira. Isso faz jus ao referido alvo de políticas públicas, cujo intento é garantir a sua formação superior, e posterior conclusão dos estudos (PALAVEZZINI, 2021).

É nesse contexto que o presente artigo tem por objetivo geral realizar uma revisão integrativa de trabalhos que tratam do Programa Nacional de Assistência Estudantil. O recorte metodológico consistirá nas dissertações e teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre os anos de 2008 (início do PNAES) e 2021. Enquanto questão norteadora desta revisão integrativa, tem-se a seguinte indagação: quais as tendências e/ou lacunas teórico-empíricas nos trabalhos que analisam o PNAES?

Além dos elementos elencados anteriormente, que justificam a realização de estudos sobre um programa que visa contemplar a nova realidade do perfil dos estudantes brasileiros, os resultados desta revisão têm o potencial de fornecer elementos que dialoguem com o artigo 5º, inciso II, do Decreto nº 7.234/2010, que salienta sobre obrigatoriedade das IFES em desenvolver mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

## **Metodologia**

O percurso metodológico do artigo se baseou em uma revisão integrativa, entendida por um método que proporciona a síntese do conhecimento a partir da incorporação de resultados no desenvolvimento de uma teoria, da aplicabilidade prática e/ou da constituição de políticas (WHITTEMORE; KNALF, 2005; SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto ou tema, de maneira sistemática e abrangente. O método permite, na composição da amostra, uma multiplicidade de finalidades, o que proporciona um quadro de conceitos e/ou dados empíricos relativos a um determinado assunto (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014).

Para a elaboração da revisão, seguiram-se as seguintes etapas propostas por Souza, Silva e Carvalho (2010): elaboração da pergunta orientadora; amostragem

da literatura; coleta de dados; análise dos estudos selecionados; discussão dos resultados; e apresentação da revisão integrativa.

Para obtenção dos trabalhos que fizeram parte da revisão, realizou-se uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Optou-se pela escolha deste buscador uma vez que dispunha, ao tempo da busca, um acervo de 511.632 dissertações e 188.325 teses, oriundas de 126 instituições brasileiras, além de disponibilizar o acesso à versão completa dos trabalhos de forma gratuita<sup>ii</sup>.

Enquanto recorte temporal, ainda que a literatura sobre assistência estudantil verse estudos desde a década de 1990, optou-se pela delimitação a partir de 2008, momento em que o PNAES foi implantado. Ressalta-se o mérito das iniciativas anteriores, porém, como eram isoladas e geridas individualmente (SOARES, 2016; SCHER; OLIVEIRA, 2020), evitou-se compará-las com o PNAES.

Como princípio básico para a busca, a pesquisa foi realizada nos meses de junho e julho de 2021, utilizando-se dos termos nos campos “título” e “assunto” do BDTD às expressões: “Programa Nacional de Assistência Estudantil”, “Plano Nacional de Assistência Estudantil” e “Assistência Estudantil”.

No intuito de abarcar o maior número de trabalhos sobre o PNAES, foram selecionadas as dissertações e teses de natureza teórica e/ou empírica que faziam algum tipo de menção ao Programa. Nessa fase foram encontrados e selecionados 143 estudos. Em seguida, foram avaliados e selecionados os trabalhos que destinassem pelo menos uma parte da pesquisa para analisar a Política Pública, objeto deste estudo, seja em uma determinada IFES ou em termos conceituais. Assim, foram excluídos 16 estudos<sup>iii</sup>, totalizando a amostra de 127 trabalhos para a revisão integrativa.

Referente às categorias analíticas, foram criadas as seguintes dimensões para compreender as tendências e lacunas na literatura: a) trabalhos publicados por ano; b) classificação dos trabalhos (dissertação ou tese); c) modalidade das dissertações (acadêmico ou profissional); d) perfil dos autores (sexo); e) áreas do saber dos programas de pós-graduação; f) demografia dos programas (por regional); g) *ranking* dos programas; h) natureza dos trabalhos (teórico, teórico-empírico, empírico); i) objetos empíricos investigados (universidades e/ou institutos); j) *ranking* das

universidades e institutos investigados; k) modalidade de casos investigados (único ou múltiplo); l) método de coleta de dados; m) temas centrais dos trabalhos; n) subtemas das categorias de avaliação do PNAES; o) modalidades de benefícios de assistência estudantil explorados.

Para o tratamento e interpretação dos dados, recorreu-se à estatística descritiva, delimitando as frequências e percentuais dos resultados, a partir de cada uma das categorias especificadas anteriormente.

## Resultados

Os primeiros trabalhos que recorrem à etimologia PNAES e discutem as suas ações são os estudos de Alves (2010) e Costa (2010), publicados no mesmo ano do Decreto nº 7.234/2010. Se a literatura apresentou uma sintonia cronológica com o Decreto, o mesmo não ocorreu nos dois primeiros anos (2008 e 2009) da Portaria Normativa nº 39/2007, já que não apresentaram publicações (Quadro 1).

Algumas hipóteses, talvez, seja um movimento de espera dos pesquisadores diante de uma legislação ainda provisória e que só se consolidou em 2010, o desconhecimento da legislação ou mesmo a disparidade temporal de investigações que iniciaram no período da portaria, mas só concluíram os resultados mais à frente.

Os anos seguintes irão indicar o aumento expressivo do número de trabalhos, com destaques para o período de 2013 e 2018 que registraram o pico das publicações. Porém, a partir do ano de 2019, observa-se uma redução substancial de trabalhos sobre a temática (Quadro 1).

Quadro 1 – Trabalhos publicados por ano

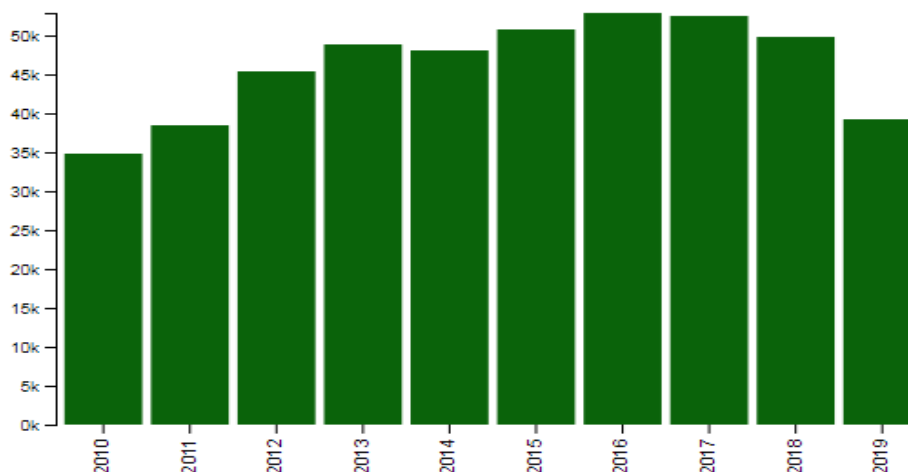
ANO DA PUBLICAÇÃO	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
2010	1,6%	2
2011	0%	0
2012	5,5%	7
2013	9,4%	12
2014	9,4%	12
2015	18,9%	24
2016	9,4%	12

2017	15,0%	19
2018	15,0%	19
2019	7,9%	10
2020	7,1%	9
2021	0,8%	1
Total	100%	127

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Ainda que o presente estudo integrativo não tenha elementos para indicar um possível desinteresse e/ou saturação da temática, merece a comparação desta investigação com as tendências do BDTD. Observa-se que o declínio coincide com a diminuição no volume das dissertações e teses disponíveis no Brasil, a partir do ano de 2019 (39.239 em comparação com 45.356 de 2012). Isso pode apontar para fatores externos e gerais, como uma possível hipótese, o reflexo dos sucessivos cortes orçamentários na Ciência e na Tecnologia nos últimos anos (Figura 1).

Figura 1 – Número de Trabalhos disponíveis por ano no BNDT entre 2010 e 2019.



Fonte: Indicadores do BDTD, 2021.

Referente à classificação dos trabalhos que discutem o PNAES, observa-se que 90,5% são dissertações e apenas 9,5% teses (Quadro 2). Ainda que a maioria dos trabalhos disponíveis nos arquivos da BDTD também seja dissertações (511.632 em comparação com 188.325 teses), a disparidade é menor, uma vez que as teses representam 26,9% do universo na plataforma.

Quadro 2 – Classificação dos Trabalhos

CLASSIFICAÇÃO	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Dissertação	90,5%	115
Tese	9,5%	12
Total	100%	127

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Se os dados podem indicar que o PNAES, enquanto objeto de análise, tem menor preferência para uma tese em comparação com a média nacional, por outro, tem assumido destaque nos mestrados profissionais com 45,2% das dissertações oriundas desta natureza (Quadro 3).



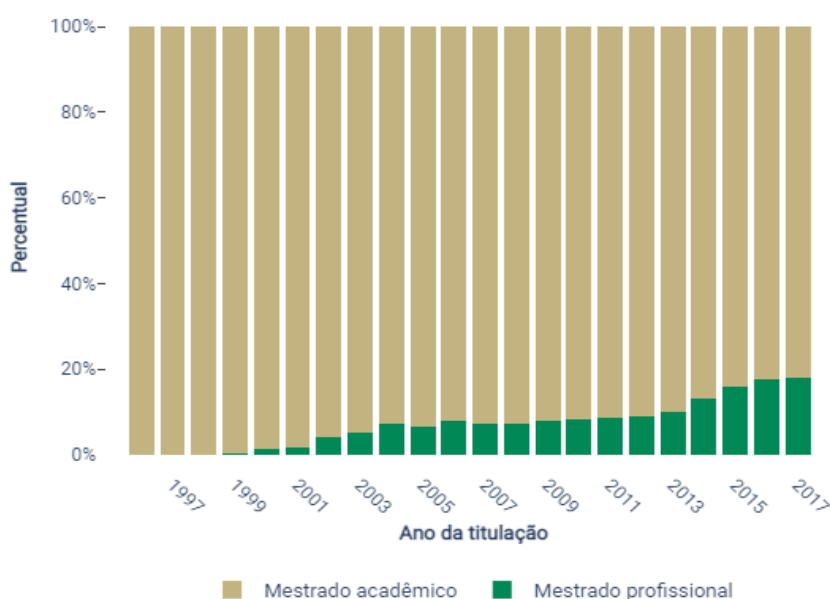
MODALIDADE	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Mestrado Acadêmico	54,8%	63
Mestrado Profissional	45,2%	52
Total	100%	115

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Ainda que a plataforma da BDTD não apresenta estatísticas entre as modalidades de dissertações, em uma consulta aos dados sobre o percentual de títulos de mestrados acadêmicos e profissionais no Brasil, entre 1999 e 2017, aponta para uma proporção de apenas 17,9% desta última, apesar da sua evolução nos últimos anos (Figura 2). Logo, os dados podem indicar que o PNAES tem significativa relevância entre programas de mestrado profissional pelo país.

Uma hipótese para esta singularidade ocorre pela existência de uma rede nacional de mestrados profissionais na área de Administração Pública (PROFIAP). Gerido pela ANDIFES, a sua atuação tem relação íntima com as avaliações de políticas públicas, o que pode colocar o PNAES na agenda de possíveis pesquisas.

Figura 2 – Números de titulação de mestrados acadêmicos e profissionais entre 1999-2017.



Fonte: Gerado pelo CGEE, 2019.

Outro aspecto singular nos estudos das dissertações e teses destinadas ao PNAES trata-se de um perfil majoritariamente feminino (81,1%), nas autorias, em comparação com o sexo masculino (18,9%) (Quadro 04).

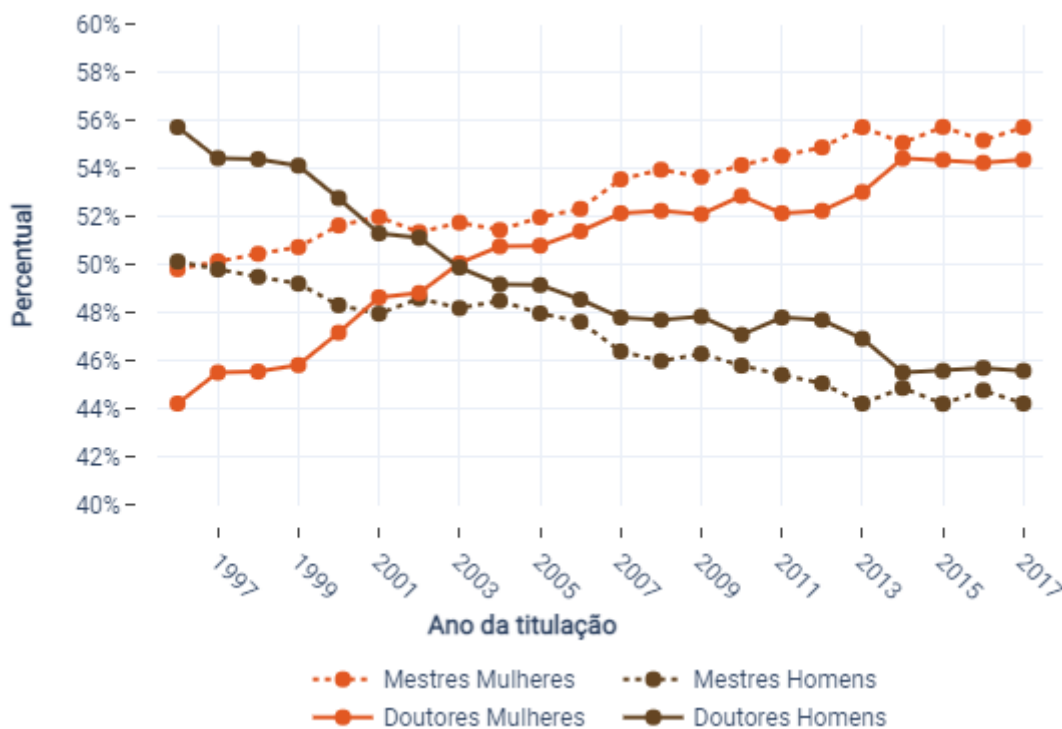
Quadro 4 – Perfil dos autores

SEXO	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Feminino	81,1%	103
Masculino	18,9%	24
Total	100%	127

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Apesar de os números seguirem a tendência nacional, marcada por uma inversão no perfil dos pesquisadores brasileiros nas duas últimas décadas, porém, situam-se bem acima da média que registra 54%<sup>iv</sup> do total de trabalhos no Brasil de autoria feminina (Figura 03).

Figura 3 – Evolução do perfil dos autores das dissertações e teses defendidas entre 1999-2017.



Fonte: Gerado pelo CGEE, 2019.

Referente às áreas do saber, os resultados da revisão indicam que o tema foi fruto de investigações que caracterizam uma abordagem interdisciplinar, contudo, com a centralidade no campo da Administração, Educação e Serviço social, que, juntas, somam aproximadamente 50% dos trabalhos (Quadro 05). Uma possível inferência para essas três áreas é a natureza do PNAES que se trata de uma política pública vinculada ao campo da Administração Pública, tendo por objeto as IFES, envolvendo formas de assistência estudantil, relacionadas às funções do serviço social.

Quadro 5 – Áreas de Saber dos Programas de Mestrado e Doutorado

ÁREAS	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Administração Pública	37,0%	47
Educação	23,6%	30
Serviço Social	21,3%	27
Política Social	5,5%	7
Psicologia	3,9%	5
Economia	3,1%	4
Desenvolvimento Regional	1,6%	2
Ciências Sociais	1,6%	2
Biociências e Saúde	1,6%	2
Sociedade e Cultura	0,8%	1
Total	100%	127

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

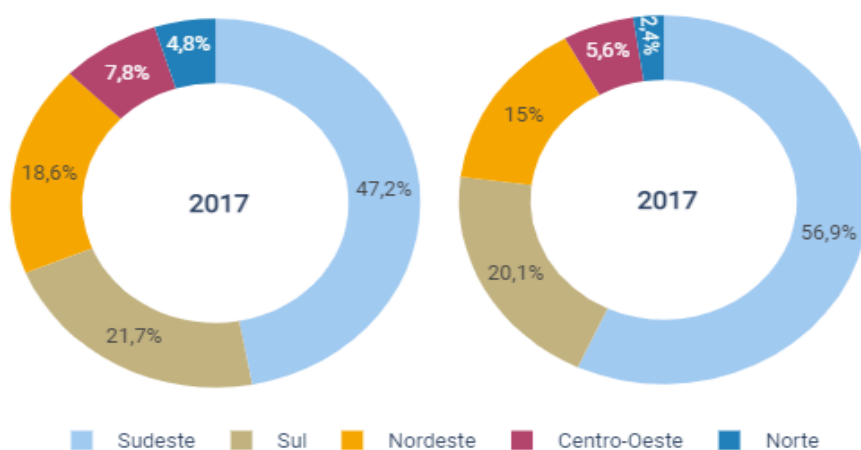
No que se refere à localidade dos trabalhos que tratam do PNAES, observa-se que o mesmo tem sido objeto de investigação por programas de mestrado e doutorado localizados nas cinco grandes regionais do Brasil (Quadro 06).

ÁREAS	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Sudeste	27,6%	35
Nordeste	24,4%	31
Sul	21,3%	27
Centro Oeste	19,7%	25
Norte	7,1%	9
Total	100%	127

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Os resultados indicam que os estudos sobre o programa nacional possuem um perfil relativamente equitativo no percentual de publicações, principalmente entre as regiões Sudeste (27,6%), Nordeste (24,4%) e Centro-Oeste (21,3%) (Quadro 06). Esses números ficam mais evidentes quando comparados com a média nacional, que tem na região sudeste aproximadamente metade de todos os titulados no país (Figura 04).

Figura 4 – Número de dissertações e teses, defendidas respectivamente, por regiões do Brasil 2017.



Fonte: Gerado pelo CGEE, 2019.

Outras singularidades registradas na revisão integrativa são evidenciadas em um perfil oriundo de instituições públicas de ensino superior, uma vez que de um total de 43 que trataram do tema, 81,4% eram federais ou estaduais (35

instituições), detendo 89% do total de publicações (113 trabalhos). Ainda que a pesquisa científica no Brasil se condense majoritariamente nessas instituições, os números do PNAES se colocam maiores do que a média nacional<sup>IV</sup>.

Ademais, das três que apresentaram o maior número de trabalhos sobre o PNAES (Quadro 07), além de públicas, se localizavam na região centro-oeste e nordeste, distanciando, assim, das tendências nacionais representadas pela figura anterior.

Quadro 7 – Universidades oriundas dos trabalhos

INSTITUIÇÃO	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
UNB	11,8%	15
UFC	8,7%	11
UFPE	6,3%	8
UNIOESTE	5,5%	7
UFPB	5,5%	7
UFJF	5,5%	7
UFES	4,7%	6
UFRGS	4,7%	6
UNESP	3,1%	4
PUC-RJ	2,4%	3
PUC-GO	2,4%	3
UCPEL	2,4%	3
UNIFAL	2,4%	3
UFMT	2,4%	3
UFMS	2,4%	3
UFT	2,4%	3
Outras 27 Instituições <03 trabalhos	27,6%	35
Total	100%	127

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

No que se trata da natureza das dissertações e teses, observou-se que 95,3% dos estudos eram teórico-empíricos, sendo apenas 4,7% trabalhos teóricos (Quadro 08). Essa tendência, possivelmente, é o reflexo de um objeto, ou seja, uma política

pública, que exige avaliação e/ou análise a partir de pesquisas de campo e/ou investigações e análises documentais, geralmente em uma determinada instituição beneficiada pelo PNAES.

Quadro 8 – Natureza dos Trabalhos

NATUREZA	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Teórico-Empírico	95,3%	121
Teórico	4,7%	6
Total	100%	127

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Ao se aprofundar no perfil dos trabalhos de natureza teórico-empírica, observou-se que dos 121 trabalhos, 67,7% (82) destinaram os estudos ao contexto das universidades federais e 32,3% (39) aos Institutos Federais (Quadro 9). A ausência de investigações de instituições privadas, estaduais e/ou municipais ocorre pelo fato de o PNAES delimitar enquanto escopo apenas as instituições de ensino federal (BRASIL, 2010).

Quanto ao maior número de trabalhos sobre as universidades, isso reflete, possivelmente, a sua proporcionalidade pelo país, uma vez que as universidades federais, até o ano de 2021, são 69, enquanto a rede dos institutos federais é composta por 38 instituições.

Quadro 9 – Objetos empíricos da investigação

OBJETO	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Universidades Federais	67,7%	82
Institutos Federais	32,3%	39
Total	100%	121

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Quanto ao perfil das universidades federais investigadas, as instituições que mais se situaram como objeto empírico (Quadro 10) foram as mesmas que lideraram o ranking de publicações, conforme apresentado no Quadro 7. Isso indica uma

tendência endógena das pesquisas como forma, possivelmente, de autoavaliação sobre o Programa.

Por outro lado, do universo de 69 universidades federais brasileiras, as pesquisas mapearam a realidade de 38 instituições (Quadro 10), o que aponta para uma lacuna de 45% que ainda não foram exploradas.

Quadro 10 – Universidades Federais Investigadas

UNIVERSIDADES	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
UNB	12,2%	10
UFPB	7,3%	06
UFC	6,1%	05
UFJF	6,1%	05
UFFTPR	6,1%	05
UFT	3,5%	03
UFRGS	3,5%	03
UFMS	3,7%	03
UNIFAL	3,7%	03
UFES	3,7%	03
UFTM	3,7%	03
27 Instituições com <03	40,2%	33
Total	100%	82

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Já os trabalhos que investigaram os institutos apresentaram algumas singularidades em relação às universidades. Enquanto estas tiveram suas origens nas mesmas instituições proponentes, os trabalhos dos institutos foram oriundos de programas vinculados às universidades.

Isso possivelmente ocorre pela função destinada aos institutos que, apesar de possuírem alguns programas de mestrado e doutorado, condensam a maior parte das suas atividades para o campo do ensino.

Também foram identificadas lacunas no percentual de institutos investigados. De um total de 38 instituições que compõem a rede, as pesquisas contemplaram

52,6% (ou 20 instituições), o que indica o potencial de novos estudos que tratem das outras 47,4% (ou 18 instituições) (Quadro 11).

Quadro 11 – Institutos Federais Investigados

INSTITUIÇÕES	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
IFCE	15,4%	06
IFSP	10,3%	04
IFTO	7,7%	03
IFPI	5,1%	02
IFPR	5,1%	02
IFFR	5,1%	02
IFPB	5,1%	02
IFRGS	5,1%	02
IFSUL	5,1%	02
IFMA	5,1%	02
10 Instituições com <02	30,7%	12
Total	100%	39

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A revisão integrativa apontou ainda para ampla maioria de estudos que se destinaram a estudos de casos únicos (93,4%), ou seja, abordando o PNAES sobre o olhar de apenas uma instituição federal (Quadro 12). Mesmo que alguns desses trabalhos tenham realizado estudos comparados entre os *campi*, contudo, a literatura aponta para os desafios de investigações que analisem as suas particularidades sobre o olhar múltiplo dos contextos organizacionais.

Merece destacar os esforços empreendidos nos trabalhos de Silveira (2012) e Mussio (2015) que analisaram algumas das ações do PNAES em 12 e 42 universidades federais, respectivamente, bem como, Prada (2015) e Taufick (2013) que investigaram os trabalhos dos assistentes sociais e a concessão de benefícios em múltiplos institutos federais pelo país.



CASOS	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Caso Único	93,4%	113
Múltiplos Casos	6,6%	08
Total	100%	121

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Referente ao tipo de pesquisa utilizada pelos autores para tratar do PNAES, o levantamento indica a integralização de métodos em mais da metade das investigações (51,2%) (Quadro 13).

Enquanto os trabalhos teóricos (06 investigações) não utilizaram de métodos quantitativos e/ou qualitativos, a grande maioria dos estudos de natureza teórico-empírica (121 estudos) recorreu à riqueza do percurso de se mesclar e analisar o programa por meios de estatísticas, e/ou com o uso e interpretação de fragmentos dissertativos.

Quadro 13 – Tipo de Pesquisa

PESQUISA	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Qualitativo-Quantitativo	51,2%	62
Qualitativo	26,4%	32
Quantitativo	22,3%	27
Total	100%	121

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Ao se aprofundar nos instrumentos de coleta de dados dos trabalhos teórico-empíricos, observou-se a tendência do uso de múltiplos métodos em um mesmo estudo. Destes, mais da metade das pesquisas utilizou-se de investigações documentais (57,8%) e entrevistas (52%), seguidas por pesquisas bibliográficas (34,7%), questionários (32,2%) e fontes primárias em dados internos da instituição (23,9%) (Quadro 14).

MÉTODO	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Documental	57,8%	70
Entrevista	52,0%	63
Bibliográfica	34,7%	42
Questionários	32,2%	39
Primários (Dados Internos)	23,9%	29
Observação indireta	4,9%	6
Grupo Focal	4,1%	5
Diário de Campo	4,1%	5
Observação Participante	2,4%	3
Dinâmica de Grupo	0,8%	1
Pesquisa Participante	0,8%	1
Avaliação Física	0,8%	1
Total	<100%	121

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A escolha desses instrumentos apresenta coerência com trabalhos cujos esforços visam avaliar e/ou analisar as atividades de assistência estudantil em uma determinada instituição ou em seu aspecto geral. Além disso, permite a geração de informações tratadas de maneira quantitativa e ou qualitativa nos objetivos propostos pelo PNAES.

Por outro lado, a literatura indica para carências em investigações que recorram a métodos participativos, uma vez que foram registrados apenas 2,4% de observação participante e 0,8% na pesquisa participante (Quadro 14). Se considerar que os trabalhos na literatura tratam de um programa que exige investigações de suas formas de configuração, esse tipo de método tem grande potencial investigativo dos limites e desafios da sua consolidação.

Quanto aos temas centrais dos trabalhos, a literatura aponta que 89,8% destinam os esforços em avaliar o programa nacional e/ou o desmembramento de suas ações na assistência estudantil de uma determinada organização, seguido de 4,7% de investigações que correlacionaram às mudanças e ações dos assistentes sociais a partir da implantação do PNAES.

Em números pouco expressivos, observa-se 2,4% de pesquisas que exploraram os múltiplos conceitos e fronteiras ideológicas sobre a assistência social, bem como o perfil dos assistidos, e apenas um estudo de ordem histórica, a partir das memórias dos atores da assistência social em uma determinada instituição<sup>vi</sup> (Quadro 15).

Quadro 15 – Temas centrais dos Trabalhos

TEMA	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Avaliação do PNAES/ Assistência Estudantil	89,8%	114
Trabalho dos Assistentes Sociais	4,7%	6
Conceitos da Assistência Social	2,4%	3
Análise do perfil dos assistidos	2,4%	3
Memórias dos atores da Assistência Social	0,8%	1
Total	100%	127

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A hegemonia da temática “avaliação do PNAES” registrada na revisão integrativa ocorre, possivelmente, por se tratar de uma política pública que, ao normatizar e destinar recursos para a assistência estudantil no país, a unificou em um objeto passível de monitoramento.

Essa hipótese apresenta sintonias com as próprias exigências descritas no Decreto nº 7.234 de 2010, que diz que cabe à instituição federal de ensino superior fixar os mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Ao aprofundar nas dimensões utilizadas pelos 114 estudos que avaliaram o PNAES, observou-se uma riqueza analítica, com múltiplas categorias investigadas, inclusive dentro de um mesmo trabalho (Quadro 16).

Quadro 16 – Categorias de Avaliação da Assistência Estudantil

TEMA	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Permanência/Evasão	41,2	47
Percepção/Avaliação dos Benefícios	28,9	33
Configuração/Implantação da Assistência Estudantil	20,2	23
Desempenho Acadêmico dos Estudantes	14,00	16
Limites e críticas ao Programa	8,8	10
Criação de Instrumentos de avaliação	6,1	07
Diplomação dos Estudantes	6,1	07
Frequência/Reprovação dos Estudantes	5,3	06
Verbas do Programa	5,3	06
Subjetividade dos beneficiários	3,5	04
Total	<100%	114

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A categoria permanência, que liderou as dissertações e teses (41,2% dos trabalhos), teve a sua centralidade, possivelmente, por apresentar consonância com o objetivo geral do Programa Nacional de Assistência Estudantil de ampliar as condições de permanência dos jovens nas IFES (BRASIL, 2010).

Nessa dimensão, a redução da evasão, detalhada como um dos objetivos do PNAES, apresenta um indicador central para mensurar a permanência dos estudantes. Isso foi observado em grande parte dos estudos que envidaram esforços em compreender a redução da evasão a partir da percepção dos beneficiados e/ou atores que participaram da assistência estudantil.

Nessa perspectiva, é importante destacar os estudos de Albuquerque (2017), Andrade (2014), Barbosa (2015), Magalhães (2013), Pessoni (2016), Primão (2015), Brito (2018), Freitas (2021), Silva (2020), Lima (2018), Rios (2016), Morbeck (2016),

Parente (2013) e Daros (2013), que indicam para a importância do PNAES para a permanência do estudante das classes menos favorecidas no ensino superior.

Se esses estudos avançam na avaliação das dimensões subjetivas dos atores, no entanto, não abordam elementos empíricos que mensurem se as taxas de permanência se mantiveram e/ou aumentaram com os recursos do programa. Por outro lado, observou um conjunto de estudos que exploram essa lacuna, ao investigarem, quantitativamente, os impactos do programa na evasão. Isso foi registrado, principalmente, pelas pesquisas de Barbosa (2017), Cavalcanti (2016), Carvalho (2020), Correa (2020), Galindo (2018), Araujo (2018) e Moreira (2018).

Os principais achados indicam que os beneficiários do programa de assistência estudantil apresentam menores taxas de evasão em comparação aos não contemplados, inclusive, aqueles que solicitaram o recurso e não foram selecionados. Também merece pontuar as investigações que dialogaram com os objetivos específicos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, a partir do desempenho do rendimento acadêmico, taxas de retenção e diplomação. Essas dimensões, especificadas no art. 2º do Decreto (BRASIL, 2010), se situam como condicionantes da permanência estudantil, uma vez que baixos níveis de rendimento acadêmico e reprovação contribuem para a não permanência no ensino superior.

Enquanto os estudos de Andrade (2014), Dumaresq (2014), Macedo (2015), Silva (2016), Rios (2016), Freitas (2021) apontaram para a percepção, na visão dos bolsistas, de melhorias sobre as notas e o tempo de conclusão após a adesão ao programa, as investigações de Batista (2015), Figueiredo (2019), Palavezzini (2014), Parente (2013), Lima (2019) e Cunha (2017) indicaram, a partir de dados quantitativos gerados do sistema interno das instituições, rendimentos acadêmicos satisfatórios (notas acima da média e com baixa retenção) e diplomação entre os beneficiados.

Os dois grupos concluíram que o PNAES cumpriu parcialmente os seus objetivos, ainda que as respectivas investigações se limitaram às análises apenas dos beneficiários, sem estabelecer comparações com os não contemplados e/ou recortes temporais antes e após o recebimento dos benefícios.

As exceções na revisão integrativa foram as pesquisas de Silva (2019), Cavalcanti (2016), Carvalho (2020), Barbosa (2017), Braga (2017) e Ferreira (2020) que compararam os impactos do PNAES entre bolsistas e não beneficiados. Os achados registraram que os primeiros, pelas ações de assistência estudantil, obtiveram desempenhos similares e/ou superiores (no coeficiente de rendimento, reprovação e diplomação), em média, aos não beneficiados.

Proeminente também foi a investigação de Mauricio (2019) que comparou os rendimentos acadêmicos com as questões orçamentárias, registrando uma correção direta entre as variáveis, na qual, os períodos em que se houve a redução dos benefícios concedidos, na instituição analisada, houve queda na média do coeficiente de rendimento acadêmico. Por ser o único estudo na literatura revisada que tratou deste recorte empírico, a dimensão metodológica coloca para a área a importância de mais investigações desta natureza em outras instituições, haja vista a diminuição orçamentária do PNAES nos últimos cinco anos<sup>vii</sup> (ANDIFES, 2021; SALGADO, 2021).

Se a revisão integrativa aponta para um número expressivo de trabalhos que buscaram avaliar o PNAES, no entanto, a sua mensuração ainda ocorre de forma isolada, construída, a partir da realidade específica de cada instituição. No esforço de preencher esta lacuna, os trabalhos de Eloi (2018), Pinto (2015), Grey (2018), Ferraz (2014), propuseram instrumentos padronizados de avaliação do programa, a partir de dimensões quantitativas e qualitativas.

Por fim, é importante sublinhar que, se a revisão integrativa registrou 28,9% de trabalhos destinados em avaliar o PNAES a partir da dimensão específica de cada um dos seus benefícios (Quadro 16), as suas tendências foram principalmente para o exame das bolsas de permanência (63,6%), moradia estudantil (48,4%) e alimentação (48,5%) (Quadro 17).

TEMA	PERCENTUAL	FREQUÊNCIA
Permanência	63,6%	21
Moradia estudantil	48,5%	16
Alimentação	48,5%	16
Atenção à saúde	27,3%	09
Esporte	15,2%	05
Acessibilidade/Inclusão	15,2%	05
Transporte	12,1%	04
Estrangeiros	9,1%	03
Apoio Pedagógico	9,1%	03
Creche	6,1%	02
Eventos	3,0%	01
Cultura	3,0%	01
Total	<100%	33

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

As categorias elucidadas representam, conforme o artigo 3º do PNAES, as ações de assistência estudantil que devem ser desenvolvidas pelas IFES (BRASIL, 2010). Ainda que as produções acadêmicas tenham abordado pelo menos uma das dez dimensões, a maioria dos trabalhos se limitou a examinar o dito “tripé da assistência estudantil: bolsa permanência, moradia e alimentação”.

Os dados não permitem inferir se a escolha foi arbitrária pelos autores ou reflexo das ações institucionalizadas apenas nestas três categorias. Independente do motivo, as críticas de Melo (2013), Stolf (2014), Leite (2015) e Nascimento (2018) ao PNAES seguem relevantes, uma vez que mesmo definida a sua abrangência, nem todas as instituições desenvolvem ações em todas as dez esferas delimitadas pelo programa.

A prevalência de ações apenas nos auxílios financeiros, moradia e alimentação, pode indicar a redução das necessidades dos estudantes apenas às questões de sobrevivência. Essa limitação registra ainda o risco do programa se estruturar em uma dimensão de “bolsificação” e conseqüente, processo assistencialista de grande parte das políticas sociais, uma vez que se coloca como

segundo plano a participação dos estudantes sobre as suas necessidades (VIEIRA, 2015; MACHADO, 2016; DUTRA, SANTOS, 2017; GAZOTTO, 2019).

Logo, um desafio para as políticas públicas, em especial o PNAES, é lidar com as limitações orçamentárias e disputas políticas a partir de um conjunto de ações que possam garantir a permanência dos estudantes, como também a sua formação completa.

## Conclusões

No intuito de compreender as tendências e lacunas na literatura sobre o Programa Nacional de Assistência estudantil, recorreu-se a uma revisão integrativa, analisando 127 trabalhos, a partir da Biblioteca Digital de Dissertações e Teses.

Os principais achados da pesquisa indicaram para as publicações a partir de 2010, com concentração entre os anos de 2013 e 2018. Destes, a maioria eram dissertações (90,5%), oriunda de mestrados profissionais (45,2%) e de autorias femininas (81,1%). Outra tendência foi a abordagem do PNAES em uma perspectiva interdisciplinar e marcada geograficamente por programas de pós-graduação nas cinco regiões do Brasil.

Esse conjunto de dados, quando comparado com indicadores gerais disponíveis na BDTD e no Censo do perfil dos Mestres e Doutores do Brasil de 2019, aponta para discrepâncias nas médias nacionais, o que ilustra as particularidades das investigações sobre o PNAES.

Os resultados da revisão apontaram também que 95,3% dos estudos eram teórico-empíricos, e tinham como objeto empírico uma única instituição (93,4%). O reflexo é a tendência endógena de pesquisas de autoavaliação, uma vez que, na maioria dos casos, eram as próprias instituições geradoras da pesquisa as escolhidas como objeto de estudo.

Se a literatura aponta para lacunas em análises que considerem um olhar múltiplo a partir de estudos comparativos, merece destacar ainda que as investigações não deram conta de explorar o universo das instituições federais beneficiadas pelo programa (45% das universidades federais e 47,4% dos institutos não foram analisados).



Quanto à escolha dos instrumentos de coleta de dados, os trabalhos, em sua maioria, recorreram a integralização de métodos utilizando-se de pesquisas documentais (57,8%), entrevistas (52%), pesquisas bibliográficas (34,7%), questionários (32,2%) e fontes primárias em dados internos da instituição (23,9%), para analisar o PNAES.

Apesar da riqueza metodológica adotada, que mesclou dados quantitativos e qualitativos em uma mesma pesquisa (51,2% dos trabalhos), a literatura ainda carece de investigações que explorem métodos participativos, com apenas 2,4% de pesquisas nessa modalidade.

Outra tendência registrada pela revisão integrativa foi a escolha da avaliação do PNAES como o tema central em 89,8% dos trabalhos. Na maioria observou-se a escolha de dimensões analíticas que dialogavam diretamente com os objetivos do PNAES, como: 41,2% sobre a permanência dos estudantes, enquanto 14,0% trataram do rendimento acadêmico dos bolsistas, 6,1% da diplomação e 5,3% das frequências e reprovações.

Os principais achados, mesmo pouco representativo no universo dos trabalhos sobre o PNAES, indicaram que o PNAES cumpriu satisfatoriamente os seus objetivos, evidenciando, assim, a efetividade do programa na permanência estudantil, nas unidades institucionais analisadas. Por outro lado, a literatura carece de estudos que estabeleçam comparações dos bolsistas com os não contemplados, recortes temporais antes e após o recebimento dos benefícios, ou mesmo paralelos entre os indicadores e as questões orçamentárias do programa.

As evidências colocam para a área que mesmo na singularidade organizacional de cada instituição, a elaboração de algumas diretrizes avaliativas, que possibilitem algumas comparações interinstitucionais, pode contribuir para o monitoramento e consolidação do PNAES, enquanto uma política pública nacional.

Isso ficou evidente na escolha das ações de assistência estudantil, basicamente centrada nas bolsas de permanência, moradia estudantil e alimentação. A carência do estudo de outras formas de auxílios, ainda que deliberados pelo próprio Decreto de 2010, pode ser o reflexo da ausência da adesão

das instituições aos próprios benefícios do PNAES, bem como, da elaboração de instrumentos coletivos de avaliação do programa.

Por fim, merece destacar que a presente revisão integrativa se situou no meio de uma pandemia (COVID-19) que modificou a dinâmica de trabalho nas instituições federais de ensino superior. A passagem de um sistema de ensino presencial para o remoto colocou muitas instituições na necessidade de atender demandas específicas, como a inclusão tecnológica para estudantes desprovidos de recursos materiais e/ou localizados em zonas rurais ou periféricas.

Porém, não foi registrado durante o ano de 2020 e até meados de 2021 (última data da revisão), nenhum trabalho que estabeleceu o impacto da pandemia na assistência estudantil. Logo, uma agenda de pesquisa que mensure a relação entre essas duas dimensões, bem como, os seus reflexos para a permanência e inclusão, se tornam cruciais para a área.

## Referências

ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9919>>. Acessado: 25 jun. 2021.

ALVES, Elaine Jesus. **Avaliação do Programa Bolsa Permanência na Universidade Federal de Tocantins, Campus de Palmas**. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/5950>>. Acessado: 27 abr. 2020.

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários**. Avaliação (Campinas), v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200014>>. Acessado: 16 abr. 2019.

ANDRADE, Ana Maria. **Desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários: relação com indicadores de assistência estudantil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148254>>. Acessado: 15 mai. 2021

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644486745>

ARAUJO, Sandy Andreza de Lavor. **Análise da efetividade da política de assistência estudantil do Instituto Federal do Ceará Campus Iguatu, na garantia das condições de permanência no ensino superior.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40439>>. Acessado: 16 jun. 2021.

ARAUJO, Sandy et al. **Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 24, n. 03, pp. 722-743, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/CW7CvT8tqBYZs5wWp8V7WFs/abstract/?lang=pt>>. Acessado: 16 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. **Instituições federais de Ensino Superior de Pernambuco fazem ato virtual contra cortes no orçamento**, 2021. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/?p=87498>>. Acessado: 07 mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais.** Brasília, 2019. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-perfil-socioeconomico-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais/> >. Acessado: 05 mar. 2021.

BARBOSA, Alex Trindade. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Alfenas.** Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2018. Disponível em: <<https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1104>>. Acessado: 20 fev. 2019.

BATISTA, Hilton. **O projeto Milton Santos de acesso ao ensino superior (PROMISAES) como política de assistência estudantil ao programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <[https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_bc46fc4778cb8e523a4ce23f4576f9f4](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_bc46fc4778cb8e523a4ce23f4576f9f4)>. Acessado: 18 fev. 2021.

BARBOSA, Amanda Veloso. **Sobreviver e/ou me graduar? os limites do Programa Auxílio Socioeconômico da Universidade de Brasília do ponto de vista de seus/suas beneficiários/as.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19642>>. Acessado: 27 abr. 2021.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD). **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras.** Brasília, 2020. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/> >. Acessado: 01 mai. 2021.

BRAGA, Maria Conceição de Matos. **A política de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo comparativo da eficácia na aplicação da verba do Programa Nacional de Assistência Estudantil através do desempenho acadêmico dos estudantes.** Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168648>>. Acessado: 27 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília, 2012 a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acessado: 18 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES.** Brasília, 2010 a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acessado: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Brasília, 2007b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)>. Acessado: 10 abr. 2021.

BRITO, Adriana Carla Teixeira da Costa. **Institucionalização de uma Política de Monitoramento do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/979>>. Acessado: 27 abr. 2021.

CAVALCANTI, Rosangela. **Avaliação da eficácia do programa de auxílio estudantil na universidade tecnológica federal do paraná – Campus Curitiba.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública), Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/2388>>. Acessado: 02 mai. 2021.

CARVALHO, Marinez. **A assistência estudantil no IFPR (2015-2019): avaliação da efetividade do pnaes, entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconmica no Campus Palmas – PR.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/5146>>. Acessado: 02 mai. 2021.

CORREA, Ramo. **O processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que atuam no estado do Rio Grande do Sul: atores, contextos e quadros normativos.** Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em:  
<<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/213070>>. Acessado: 27 maio 2021.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>>. Acessado: 24 jun. 2021.

CUNHA, Inês Virgínia Aleixes da. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco**: um estudo sobre a trajetória Acadêmica dos estudantes bolsistas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em:<<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/25137>>. Acessado: 27 jun. 2021.

DAROS, Michelli Aparecida. **Evasão no IFSP: um convite à reflexão**. In: I Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP – I CONEPT, 2015, Sertãozinho, SP, p.2-6. Disponível em:<<http://ocs.ifsp.edu.br/submissao/index.php/conept/i-conept/paper/viewFile/193/65>>. Acessado: 27 jun. 2021.

DAROS, Michelli Aparecida. **A evasão escolar e a atuação do serviço social: uma experiência em construção (2008-2013)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:<<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17666>>. Acessado: 07 abr. 2021.

DUMARESQ, Zandra Maria Mendes. **Análise da Política de Assistência Estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará – campus de Fortaleza sob o olhar dos discentes**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em:< <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8995>>. Acessado: 23 jun. 2021.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 25,n. 94,p. 148-181, Mar. 2017. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017000100006>>. Acessado: 02 abr. 2021.

ELOI, Sueli de Souza Santos. **Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**: um modelo a partir da teoria do programa. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2018. Disponível em:<<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/22202>>. Acessado: 28 mai. 2021.

ERCOLE, F; MELO, L; ALCOFORADO, C. **Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática**. Revista Mineira de Enfermagem, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 1-26, 2014. Disponível em:<<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>>. Acessado: 02 jun. 2021.

FERRAZ, Eduardo. **Análise da gestão de investimentos em auxílios estudantis no instituto federal do Ceará Campus Jaguaribe**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9129>>. Acessado: 08 mai. 2021.

FERREIRA, Marília. **Assistência Estudantil: Uma avaliação a partir do desempenho acadêmico dos discentes da UnB**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública), Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38810>>. Acessado: 10 fev. 2021.

FIGUEIREDO, Raquel. **A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL- MG**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019. Disponível em: <<https://bdt.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1413>>. Acessado: 05 fev. 2021.

FREITAS, Franklin. **Avaliação do programa nacional de assistência estudantil na UFC: a permanência discente como direito à educação dos estudantes do campus de sobral**. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/58080>>. Acessado: 04 abr. 2021.

GALINDO, Aline Kátia Ferreira. **O impacto da assistência estudantil na permanência dos estudantes no Centro Acadêmico do Agreste (CAA/UFPE)**. 2018. 78f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/33085>>. Acessado: 28 jun. 2021.

GAZOTTO, Mireille Alves. **Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123187>>. Acessado: 28 mai. 2021.

GREY, Philippe de Faria Corrêa. **A avaliação de impacto de políticas públicas e a contribuição das auditorias internas dos institutos federais para a sua consecução: um estudo a partir da execução do PNAES no campus São Borja do Instituto Federal Farroupilha**. 2018. 160 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2018. Disponível em: <<http://200.132.148.32/handle/riu/3741>>. Acessado: 28 jun. 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serv. Soc. [online], n.129, pp.285-303, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado: 30 mar. 2021.

LEITE, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil–PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva.** 2015. 546f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/16251>>. Acessado: 15 mai. 2021.

LIMA, Fábio Danilo Rolim de et al. **A política pública de assistência estudantil: uma análise sobre a contribuição do benefício da residência universitária para a permanência na UFPB.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em:<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16046>>. Acessado: 15 mai. 2021.

LIMA, Nara Maciel Falcão. **Jovens de camadas populares na educação superior pública do Amazonas: acesso e permanência.** 2018. 159 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em:<<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6410>>. Acessado: 01 jul. 2021.

LIMA, Wandilson; MENDES, Vera. **Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas.** Avaliação (Campinas) [online], v. 25, n. 01, p. 199-218, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/aval/a/6qh3QvDzgGTkw6H9xV7trhy/?lang=pt>>. Acessado: 02 jul. 2021.

MACEDO, Geórgia; SOARES, Swamy. **Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba.** Avaliação (Campinas), v. 25, n. 02, p.439-457, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/aval/a/9C6KSdbH6qgbj4WdSp3LMJn/abstract/?lang=pt>>. Acessado: 02 jul. 2021.

MACEDO, Livia Fernanda Leal. **A ajuda formação profissional de educação instituto federal ciência e tecnologia Tocantins - campus palmas: assistência ao estudante em cheque.** 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em:<<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7179?show=full>>. Acessado: 28 mai. 2021.

MACHADO, Fernanda Meneghini. **O financiamento da assistência estudantil na UFES no contexto de contrarreforma da educação superior.** Dissertação. (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em:<<https://repositorio.ufes.br/handle/10/8739?mode=full>>. Acessado: 19 maio 2021.

MAGALHÃES, Rosélia pinheiro de. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação: A Experiência da Assistência**

**Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111916\\_2013\\_completo.pdf](http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111916_2013_completo.pdf)>. Acessado: 24 mai. 2021.

MAURICIO, Nathanni. **Avaliação do programa nacional de assistência estudantil na universidade federal do Tocantins.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas), Universidade Federal do Tocantins, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1167>>. Acessado: 07 abr. 2021.

MELO, Maria Rosângela Albuquerque et al. **A assistência estudantil no contexto da "reforma" do ensino superior público no Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES.** 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/123456789/6188>>. Acessado: 17 mai. 2021.

MORBECK, Rosângela Veloso de Freitas. **Evasão no Ensino Superior: impactos e contribuições do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Campus Paraíso do Tocantins do IFTO.** 2016. 204f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016. Disponível em: <<http://200.129.179.47/handle/11612/276>>. Acessado: 16 jun. 2021.

MOREIRA, Rafael Camolez. **Análise e proposições do processo de avaliação socioeconômica na Universidade Federal da Grande Dourados.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/996>>. Acessado: 15 jun. 2021.

MUSSIO, Bruna Roniza. **A alimentação no âmbito da assistência estudantil para o ensino superior: uma análise das universidades federais brasileiras.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/721>>. Acessado: 01 jul. 2021.

NASCIMENTO, Sheine Santos do. **O trabalho do assistente social na educação: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil.** 2018. 116f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26692>>. Acessado: 01 jul. 2021.

PALAVEZZINI, Juliana. **A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR.** Avaliação (Campinas) v. 26, n. 01, p. 217-236, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/vnLPr6r>>



PALAVEZZINI, Juliana; NOGUEIRA, Francis Mary Mary Guimarães. **Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR-Dois Vizinhos.** Serviço Social em Revista, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/20196>>. Acessado: 29 mar. 2021.

PARENTE, Andréa Pinto Graça. **Da legislação à prática: uma análise do programa auxílio permanência, da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social.** 2013. 118 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14765>>. Acessado: 29 maio. 2021.

PESSONI, Ludmylla Ribeiro. **O direito à educação e a mediação da assistência social no IFG: uma simbiose necessária.** Dissertação (Pós-Graduação STRICTO SENSU em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3483>>. Acessado: 15 jul. 2021.

PINTO, Caroline Casagrande. **Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na universidade federal de juiz de fora.** 2015, 114 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2215/1/carolinecasagrandepinto.pdf>>. Acessado: 09 jun. 2021.

PRADA, Talita. **O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/161365774.pdf>>. Acessado: 09 jun. 2021.

PRIMÃO, Juliana Cristina Magnani. **Permanência na educação superior pública: o curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <<https://ri.ufmt.br/handle/1/1951>>. Acessado: 29 abr. 2021.

RECKTENVALD, Marcelo, LAURO, Mattei; PEREIRA, Vilmar. **Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias.** Avaliação (Campinas) [online], v.23, n.2, p. 405-423, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/8rJtwcBryJG67DhKZ7grXFW/abstract/?lang=pt>>. Acessado: 03 jul. 2021.

RIOS, Rafaela. **Análise do plano de permanência de estudantes da Universidade Federal do Pampa**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br:8080/handle/riu/4176>>. Acessado: 13 jun. 2021.

SALGADO, Ivanei. **Em audiência pública, Reitoria apresenta os impactos dos cortes no orçamento das Universidades Federais na UNIFAL-MG; redução de recursos chega a mais de R\$ 12,6 milhões em relação a 2020**. Unifal, 2021. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2021/06/15/em-audiencia-publica-reitoria-apresenta-os-impactos-dos-cortes-no-orcamento-das-universidades-federais-na-unifal-mg-reducao-de-recursos-chega-a-mais-de-r-126-milhoes-em-relacao-a-2020/>>. Acessado: 20 abr. 2021.

SCHER, Aline; OLIVEIRA, Edson. **Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR**. Avaliação (Campinas) [online], v. 25, n.01, p.5-26, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/7nTzmXCjfKjffj6Cq3bPpfq/?format=html&lang=pt>>. Acessado: 03 jul. 2021.

SILVA, Ana Rita Dantas da; HAAS, Celia Maria. **Política de assistência estudantil nos três últimos governos: relevância do Programa de Auxílio Permanência**. Quaestio, v. 21, n. 2, p. 503-523, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3564/3379>>. Acessado: 21 mai. 2021.

SILVA, Flavia. **Para além do acesso: a permanência dos estudantes participantes da política de assistência estudantil na UNB - realidade e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38788>>. Acessado: 04 abr. 2021.

SILVA, Pedro Vieira. **Avaliação e importância dos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília – UnB**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/21474>>. Acessado: 30 mar. 2021.

SILVEIRA, Mirian. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. <Disponível em [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe\\_3ef3f1b2456cad39d8b8abedeefc332a](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_3ef3f1b2456cad39d8b8abedeefc332a)>. Acessado: 15 mai. 2021.

SOARES, Natália Caixeta et al. **As políticas de assistência estudantil na Universidade Federal de Alfenas: uma avaliação das ações no campus de**

**Varginha entre 2009 e 2015.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2016. Disponível em: <<https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/966>>. Acessado: 03 abr. 2021.

SOUZA, M; SILVA, M; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein, v.8, p.102-106, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/abstract/?lang=pt>>. Acessado: 03 abr. 2021.

SOUZA, Rafael; COSTA, Maria. **Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 28, n. 107, p. 362-385, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/gByfxVtB4j85FdXvVs t6cWk/abstract/?lang=pt>>. Acessado: 02 jul. 2021.

STOLF, Franciele. **Assistência estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise inicial do Programa Bolsa Estudantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130972>>. Acessado: 28 mai. 2021.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **Avaliação da política de assistência estudantil dos Institutos Federais para o Proeja.** Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<http://mestrado.caedufjf.net/avaliacao-da-politica-de-assistencia-estudantil-dos-institutos-federais-para-o-proeja-2/>>. Acessado: 20 mai. 2021.

VIEIRA, Joselya Claudino de Araújo. **Avaliação política do modelo de gestão da assistência estudantil na UFRPE: fundamentos gerencialistas e padrões mínimos na provisão de necessidades.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17358>>. Acessado: 23 jun. 2021.

WHITTEMORE, R; KNAFL, K. **The integrative review: update methodology.** Journal of Advanced Nursing, v.52, n.5, p.546-53, 2005. Disponível em: <[https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x?casa\\_token=USPa9NMAfgwAAAAA%3ArhNRr3ZOzldVI7f8U3An5kwbNk-bAMGfKZluW0vkQI9WMZflrMt9-i-ZYf8myk1yGEBvlGOhGWSXQq8](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x?casa_token=USPa9NMAfgwAAAAA%3ArhNRr3ZOzldVI7f8U3An5kwbNk-bAMGfKZluW0vkQI9WMZflrMt9-i-ZYf8myk1yGEBvlGOhGWSXQq8)>. Acessado: 03 jun. 2021.

## Notas

<sup>i</sup> Os dados apontados pela V Pesquisa, realizada em 2018, demonstraram que 7 em cada 10 estudantes das IFES se enquadraram no perfil de alunos que poderiam ser atendidos pelo PNAES.

Deste percentual atual, 26,6% faziam parte de famílias cuja renda *per capita* era de até meio salário mínimo (SM) e 26,9% eram de famílias cuja renda *per capita* era de mais de meio a um salário mínimo (ANDIFES, 2019).

ii Ressalta-se também a revisão realizada nos periódicos disponíveis em plataformas online como: a scielo, scopus e web of Science. Porém, em vista do baixo número de artigos (15 estudos) e por estarem, em sua maioria, vinculadas às pesquisas de dissertações e teses, optou-se por tratar da revisão integrativa apenas gerida por essas.

iii A exclusão dos trabalhos se deu por apenas terem citado o PNAES, sem, contudo, explorar o Programa do ponto de vista teórico e/ou empírico.

iv Um elemento relevante para a compreensão do perfil dos pesquisadores brasileiros é a sua relação com as áreas do saber. Enquanto, campos como administração apresentam um perfil majoritariamente masculino nas dissertações e teses defendidas entre os anos de 1996 e 2007 (40,8%), outras como educação e serviço social, são marcadas majoritariamente por mulheres, com 60,0% e 82,0% respectivamente (CGEE, 2019). Os dados desta pesquisa indicam que são essas as três principais áreas oriundas dos estudos sobre o PNAES (Quadro 05), porém, se mostram um objeto mais próximo do sexo feminino do que as próprias médias em cada área.

v Os números do censo da pesquisa no país indicam que no ano de 2017 o número de dissertações defendidas em instituições privadas representavam 20% do universo (CGEE, 2019). Esses números são superiores aos registrados sobre o PNAES (11,00%), o que indica que o Programa tem menor interesse investigativo entre as instituições privadas de ensino.

vi É importante sublinhar que as dissertações e teses, geralmente, apresentam além do objetivo geral uma série de objetivos específicos, que muitas vezes, extrapolam uma determinada questão orientadora. Por compreender o caráter dinâmico e plural que estes trabalhos se situam, optou-se, enquanto recorte metodológico, por definir apenas um objetivo central e de maior latência sobre a revisão integrativa do PNAES, ainda que se compreenda que lista apresenta no quadro 13, poderia ser bem mais extensa se fossem incluídos outros objetivos específicos dos trabalhos revisados.

vii A lei orçamentária anual de 2021 aprovou um corte de 18,2% nos recursos em comparação com o ano de 2020, o que pode impactar, até o momento, uma redução de até 21,9% o orçamento do PNAES. Além disso, a pressão inflacionária dos últimos cinco anos, não corrigida no orçamento do PNAES, o coloca em um déficit de 32% ao longo do período.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)